



RELATÓRIO ANUAL

DAS

DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

2012



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2012

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL submete à apreciação dos Senhores o Relatório das principais atividades referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado – DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e de Administração, dos quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa Empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, inscrita no CNPJ sob nº.75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL, o qual atingiu 43.630 (quarenta e três mil, seiscentos e trinta) consumidores em 2012.

Importa destacar a experiência da COCEL em 45 anos distribuindo energia no Município de Campo Largo, patrimônio de todos os campolarguenses, empresa que possui credibilidade perante seus consumidores, considerando a experiência na comercialização de energia elétrica, aliado a estabilidade financeira e a necessária transparência de uma empresa pública.

A COCEL atua em posição privilegiada no Estado do Paraná, situada no corredor de exportação para o Mercosul, sendo o Município de Campo Largo como verdadeiro Pólo Industrial de nosso estado.

Cabe salientar que a COCEL investiu em 2012 o valor de R\$ 5.374 milhões em obras de ampliação, melhoria e reforço de rede de distribuição, veículos e outros bens indispensáveis a correta prestação do serviço público.

A EMPRESA

Missão

“Atender seus consumidores com qualidade de Energia a preços competitivos”.

Visão

“Ser uma empresa que atenda ao mercado em suas necessidades de energia, infraestrutura e serviços correlatos”.

Princípios e Valores

“A COCEL, busca promover a satisfação dos consumidores, acionistas, colaboradores e fornecedores “.

Organização e Gestão

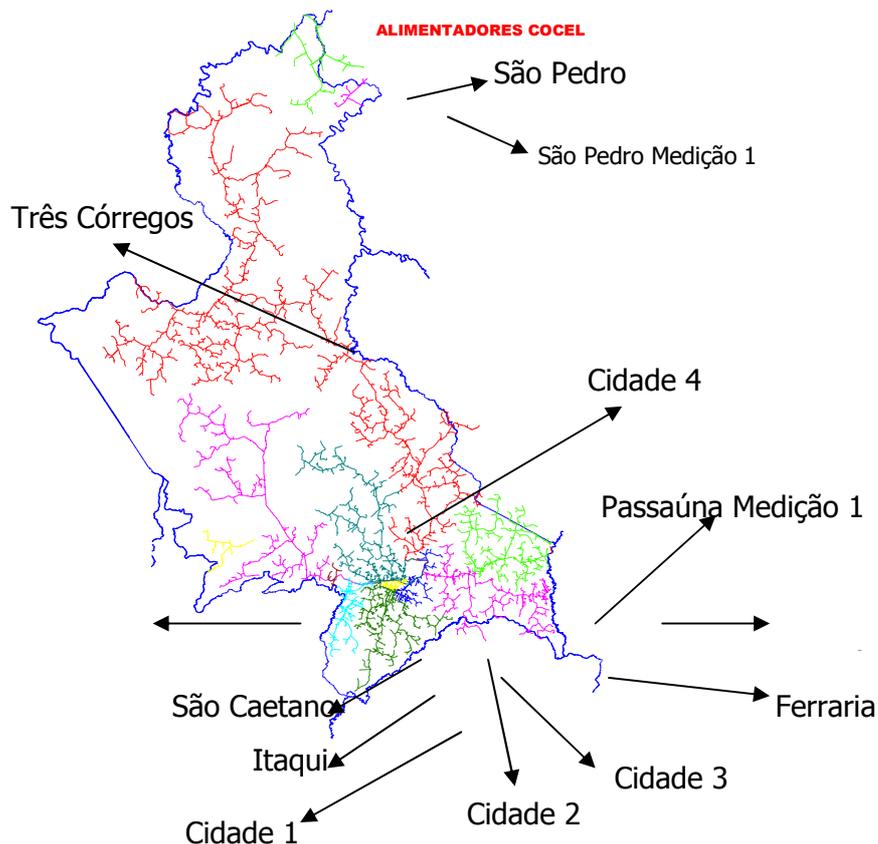
A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL atua no segmento de distribuição de energia elétrica há 45 anos, e tem se preocupado de forma constante na atualização de práticas de gestão corporativa, bem como nas questões relativas às tecnologias voltadas para sistemas de informações aplicados às empresas modernas, sem, no entanto, deixar de valorizar o seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo desses anos de existência da Companhia.

Perfil

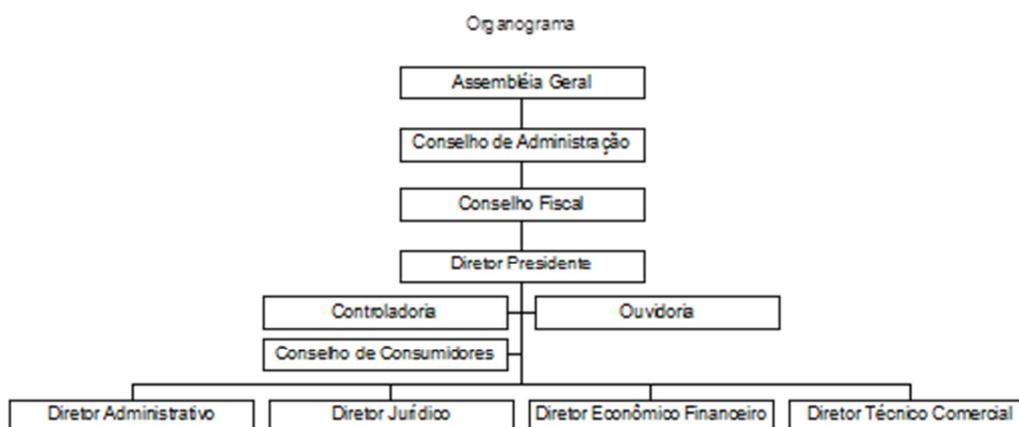
A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.250 km² e população de 112.377 habitantes, segundo dados do IBGE 2010.

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.



Estrutura Organizacional



Assembleia Geral Ordinária: obrigatoriamente deverá ocorrer até 30 de abril, onde os Acionistas e Conselhos de Administração e Fiscais examinam as contas da Diretoria, discutem e deliberam sobre relatórios e Balanços anuais;

Conselho de Administração: Composto por onze acionistas eleitos pela Assembleia Geral com mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Compete ao Conselho de Administração, orientação sobre negócios da Companhia, eleger, destituir e fiscalizar diretores;

Conselho Fiscal: Composto por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos. Suas atribuições, deveres e responsabilidades são estabelecidos no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas;

Diretorias: Eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, podendo ser reeleitos;

Controladoria: No ano de 2007 foi instituído o Sistema de Controle Interno da Companhia, conforme termos do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 59 da lei complementar nº 101/2000, com objetivo de promover a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Também tem a função de prestar contas e informações sobre a gestão da empresa perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Governança Corporativa

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL é uma Sociedade de Economia Mista, de Capital Fechado e regulada pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 34.000 (trinta e quatro milhões de reais), representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal.

A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2012	2011
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Auditoria Externa

A COCEL tem como contratada a empresa BEZ & Associados Auditores Independentes S/S para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.



ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão - Mercado de Energia

A Concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 112.377 habitantes, conforme estimativa do IBGE para 2010, e área de 1.250 km².

Atendimento ao Consumidor

O atendimento aos consumidores é realizado no Setor de Atendimento ao Público na sede Administrativa da COCEL e em outros canais alternativos onde o consumidor pode ter acesso aos serviços da COCEL sem sair de casa, que são ao atendimento telefônico gratuito (0800-7262121) e o site www.cocel.com.br.

A COCEL conta com um manual de Normas Técnicas a disposição de seus novos consumidores, sobre a instalação de Padrões de Entrada. Disponível na página eletrônica e também em sua Sede Administrativa.

Novas Ligações de Consumidores

Foram realizadas no ano 1.638 novas ligações, das quais 1.579 são da classe residencial. Totalizando no final do exercício de 2012, 43.630 consumidores contra os 41.992 consumidores de 2011, o que representa um crescimento de 3,9%. Destaque na classe residencial que representa 88,3% do número de consumidores.

Classe	2012	2011	Variação (%)	Participação (%)
Residencial	38.526	36.947	4,3	88,3
Industrial	506	536	-	1,2
Comercial	2.800	2.757	1,6	6,4
Rural	1.550	1.509	2,7	3,6
Poder Público	205	204	0,5	0,5
Iluminação Pública	1	1	-	-
Serviço Público	40	36	11,1	-
Consumo Próprio	2	2	-	-
TOTAL	43.630	41.992	3,9	100,0

Serviço de Tele Atendimento

A COCEL disponibiliza atendimento telefônico gratuito através do número 0800 - 726 2121. São oito linhas disponibilizadas, e no mínimo dois atendentes por turno. O teleatendimento funciona todos os dias, nas 24h. Através deste meio, quem já é consumidor pode protocolar solicitações de serviços, obter informações, informar interrupções no fornecimento de energia e sugerir melhorias, entre diversas outras possibilidades. Quem não é consumidor também pode obter informações a respeito de novas ligações, normas técnicas, mudanças de titularidade, entre outros.

Atendimento Presencial

Além da recepção, a COCEL disponibiliza mais quatro postos de atendimento aos consumidores. O atendimento presencial ocorre de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30 na sede da empresa. O espaço é adequado para receber pessoas com dificuldades de locomoção e cadeirantes. Em 10 de abril de 2012 a Companhia passou a oferecer atendimento também no distrito da Ferraria. Utilizando as instalações do Centro de Atendimento ao Cidadão da Prefeitura Municipal, a COCEL atende naquela região (uma das mais populosas da cidade) as terças (à tarde) e quintas-feiras (pela manhã).

Agência Virtual e Fale Conosco

Em outubro de 2012 a COCEL implantou sua nova “Agência Virtual”. Após o cadastro inicial no site oficial (www.cocel.com.br), o consumidor passa a ter acesso à consulta de faturas, pode imprimir segunda-via, solicitar serviços de manutenção a qualquer hora do dia ou noite, no conforto de sua casa. Também pelo site oficial, há a opção de entrar em contato pelo “Fale Conosco”, sem necessidade de cadastro na Agência Virtual.

Protocolos Gerados

O Setor de Atendimento gerou um total de 154.562 protocolos de atendimento em 2012. Destes, 58.939 atendimentos foram feitos via Call Center, 82.842 pelo atendimento presencial, 6.088 gerados por solicitações via Agência Virtual, 1.411 via Fale Conosco e ainda 5.282 protocolos que são gerados automaticamente (solicitações de religação geradas automaticamente quando é constatado o pagamento da fatura). Para cada atendimento realizado é gerado um protocolo, e cada consumidor que entra em contato resulta em média em três protocolos.

Atualmente o Setor de Atendimento dispõe de softwares especialmente elaborados para registrar de forma segura e eficiente todos os contatos feitos pelos consumidores. O software da central telefônica do número 0800 também registra todas as ligações, e possibilita que mesmo aqueles consumidores que não puderam ser atendidos em um primeiro momento recebam o retorno dos atendentes. Quando todos os atendentes estão ocupados, o consumidor é avisado que para que deixe sua mensagem e o mais rápido possível um atendente retornará a ligação.

Atendimentos pelo número 0800 - 726 2121	2009	2010	2011	2012
Total de ligações atendidas	90.429	98.731	104.120	114.006
% de ligações atendidas, do total de ligações registradas	74,7%	78%	82,3%	82,9%
% de ligações não atendidas	25,3%	22%	17,7%	17,1%
Tempo médio de espera até o início do atendimento	45s	45s	33s	31s

Apenas em 2009 a COCEL passou a contar com o software que possibilita o registro de todas as chamadas, assim como a separação entre as chamadas atendidas e perdidas.

Agentes Arrecadores

A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 34 agentes arrecadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria

A Ouvidoria da COCEL é um setor independente dos demais, e fica à disposição dos clientes que desejarem fazer sugestões ou críticas. É uma forma de ampliar os canais de comunicação entre a Companhia e seus consumidores.

No ano de 2012, a Ouvidoria atendeu 117 reclamações de clientes, sendo que 10% delas foram feitas via telefone, 65% pessoalmente, 20% foram registradas junto à ANEEL e 5% no PROCOM.

Aspectos Operacionais

A classe industrial composta por 506 consumidores representa 1,2% do total de consumidores, 50,3% do mercado de energia em kWh, e 44,6% do faturamento bruto.

A relação consumidor-empregados passou de 359 para 376 consumidores para cada empregado em 2012.

A energia requerida ao longo do exercício de 2012 adquirida integralmente da nossa supridora Companhia Paranaense de Energia - COPEL apresentou um crescimento de 5,8%, passando de 283.289 MWh em 2011 para 299.814 MWh em 2012.

O consumo total de energia faturada pela COCEL, em 2012, totalizou 282.603 MWh um crescimento de 5,3%, comparando com a energia faturada no ano de 2011, que totalizou 268.395 MWh.



Mercado de Energia Vendida: (MWh)

Classe	2012	2011	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	72.476	67.449	7,4	25,7
Industrial	142.086	141.181	0,6	50,3
Comercial	38.601	32.551	18,6	13,7
Rural	6.601	6.384	3,4	2,3
Poder Público	4.490	4.232	6,1	1,6
Iluminação Pública	12.765	11.745	8,7	4,5
Serviço Público	5.469	4.753	15,0	1,9
Consumo Próprio	115	100	15,0	-
TOTAL	282.603	268.395	5,30	100,00

Em 19 de Junho de 2012, conforme a Resolução Homologatória nº 1.297/2012 - ANEEL, ocorreu a terceira Revisão Tarifária Periódica quando as tarifas foram reajustadas em média 1,16% decorrente do Reposicionamento Tarifário - RT econômico de 1,11% da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário, de 0,44%, e da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

O faturamento de energia elétrica incluído a receita não faturada apresentou um crescimento de 8,5%, passando de R\$ 98.969 mil em 2011 para R\$ 107.384 mil em 2012.

Energia Vendida: (R\$ mil)

Classe	2012	2011	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	35.202	32.427	8,6	32,8
Industrial	47.963	45.414	5,6	44,7
Comercial	16.071	13.608	18,1	15,0
Rural	1.255	1.223	2,6	1,2
Poder Público	1.945	1.817	7,0	1,8
Iluminação Pública	3.094	2.837	8,1	2,9
Serviço Público	1.698	1.456	16,6	1,6
TOTAL	107.228	98.782	8,60	100,00

A Receita de Energia Não Faturada em 31/12/2012 foi de R\$ 156 mil reais.

Tarifas de Energia Elétrica

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluído os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em Dezembro de 2012, R\$ 261,20/MWh, representando um aumento de 5,2% em relação a dezembro de 2011.

As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas foram de 6,28%.

Classe	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2012	Tarifa Média em R\$/MWh Dez/2011
Residencial	310,43	333,52
Industrial	243,80	209,47
Comercial	280,40	278,21
Rural	178,53	181,46
Poder Público	303,39	292,28
Iluminação Pública	158,29	161,12
Serviço Público	205,55	215,06
Consumo Próprio	279,85	284,87
Tarifa Média	261,20	248,16

Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados de DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de Sistema Informatizado (Useall) módulo COD, que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas, ao direcionarmos investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes. O índice médio do DEC e FEC realizados no exercício 2012 no Conjunto Campo Largo foi de 10,41 e 13,69 e no Conjunto DCL foi de 8,04 e 9,86 respectivamente.

Resumo das Obras Realizadas

Ao longo de 2012 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, tendo como prioridade à população localizada no interior do município através do programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos".

Na tabela abaixo apresentamos um resumo das obras realizadas durante o ano de 2012.

Tipo da Obra	Rede B.T (m)	Rede A.T. (m)	Postes	Trafos	Potência Inst.(kVA)	Qtde de Obras	Investimento (R\$ Mil)
Ampliação Urbana	4.819	3.194	201	39	1.475	63	459
Reforço Urbano	2.086	5.578	56	39	2.028	41	358
Melhoria Urbana	12.988	6.277	428	76	1.738	151	1.096
Ampliação Rural	762	3.750	66	14	140	17	151
Reforço Rural	-	120	-	5	103	5	23
Melhoria Rural	757	28.172	438	28	115	45	1.147
Luz para Todos	1.462	5.643	122	37	420	41	351
Iluminação Pública	-	-	-	-	-	-	112
Medidores Urbanos / Ramal Aéreo	-	-	-	-	-	-	991
Veículos	-	-	-	-	-	-	24
Intangíveis - softwares	-	-	-	-	-	-	78
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	40
TOTAL	22.874	52.734	1.311	238	6.019	363	4.830

Tabela comparativa de crescimento do Sistema de Distribuição

Sistema de Distribuição	2012	2011
Redes de distribuição - Baixa Tensão (Km)	732	709
Redes de distribuição - Alta Tensão (Km)	1.595	1.542
Postes - Unidade	31.667	30.356
Transformadores - Unidade	4.294	4.056
Potência instalada em Transformadores (KVA)	217.276	211.258
Consumidores	43.630	41.992

Universalização

O Processo de Universalização da Energia Elétrica no Brasil iniciou-se com a edição da Resolução ANEEL n.º 223, de 29 de abril de 2003, que regulamenta a aplicação da Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei n.º 10.762 de 11 de novembro de 2003, que consistia em acabar com a exclusão elétrica no Brasil.



PROGRAMA “LUZ PARA TODOS”

O que é o Programa

O governo federal iniciou em 2004 o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país com o lançamento do programa LUZ PARA TODOS, que tem o objetivo de levar energia elétrica para 10 milhões de pessoas do meio rural até 2008/2009. O programa, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas, atenderá uma população equivalente aos estados de Piauí, Mato Grosso do Sul, Amazonas e do Distrito Federal.

O programa está orçado em R\$ 12,7 bilhões e está sendo realizado em parceria com as distribuidoras de energia e os governos estaduais. O governo federal destinará 9,1 bilhões ao programa. O restante será partilhado entre governos estaduais e agentes do setor.

Os recursos federais virão de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR).

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários mínimos e 80% estão no meio rural.

Histórico das Obras do “Programa Luz para Todos”

Nas obras do Programa Luz para Todos a COCEL fornece a ligação da energia elétrica até os domicílios de forma gratuita e inclui a instalação padrão de entrada além de três pontos de luz e duas tomadas. A COCEL atendeu no ano de 2012, 82 consumidores e desde o início do Programa, em Setembro de 2004, o total de clientes atendidos já chega a 1.343 abrangendo aproximadamente 6.400 habitantes.

Quadro de Metas Físicas do Programa (Previsto x Realizado)

Tipo	Realizado em 2012	Realizado 2004/2011	Realizado Total
Consumidores	82	1.261	1.343
Padrões de entrada	64	1.247	1.311
Kit Instalação interna	63	1.048	1.111
Km de rede A.T.	6	324	330
Km de rede B.T.	1	36	37
Postes	122	3.976	4.098
Transformadores	37	499	536
Potência instalada (kVA)	420	8.495	8.915

Programa “Luz Fraterna”

Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o Bolsa Família cadastrado e consumam no máximo 100 KWh por mês. O programa atende também consumidores de classe rural que tenham o cartão do Bolsa Família com ligação monofásica ou bifásica com disjuntor de até 50 amperes para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2012	2011
Nº de residências atendidas	1.210	1.464
Residências atendidas pelo Programa Luz Fraterna, com relação ao total de consumidores residenciais	3,95	3,95
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	174	264
Total da receita de faturamento do Programa Luz Fraterna em relação ao total da receita do faturamento residencial	0,69%	1,14%
Subsídio recebido do Governo Estadual, relativo aos consumidores do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	174	264

Tarifa do Programa Baixa Renda

O Programa de Baixa Renda é determinado pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010, e proporciona descontos nas faturas de energia, de acordo com os seguintes condições:

I - seus moradores deverão pertencer a uma família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, com renda familiar mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo nacional; ou

II - tenham entre seus moradores quem receba o benefício de prestação continuada da assistência social, nos termos dos arts. 20 e 21 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

§ 1o Excepcionalmente, será também beneficiada com a Tarifa Social de Energia Elétrica a unidade consumidora habitada por família inscrita no CadÚnico e com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, que tenha entre seus membros portador de doença ou patologia cujo tratamento ou procedimento médico pertinente requeira o uso continuado de aparelhos, equipamentos ou instrumentos que, para o seu funcionamento, demandem consumo de energia elétrica, nos termos do regulamento.

§ 2o A Tarifa Social de Energia Elétrica será aplicada somente a uma única unidade consumidora por família de baixa.

Tarifa de Baixa Renda	2012	2011
Nº de residências atendidas	2.953	9.354
Residências atendidas pelo Programa Baixa Renda, com relação ao total de consumidores residenciais	7,66%	27,41%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	533	1.479
Total da receita de faturamento da classe de consumo "Baixa Renda" em relação ao total da receita do faturamento residencial	2,12%	5,48%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa Baixa Renda (R\$ mil)	115	1.479

Devido prazo de adaptação da lei 12.212 referente aos consumidores Baixa Renda, no ano de 2012 muitos consumidores perderam o benefício do Programa devido não estarem enquadrados nas condições da nova lei, a qual, condiciona o consumidor a estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal CadÚnico.

Projetos de Eficiência Energética

A COCEL ao elaborar o Programa Anual de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica objetivou ações aplicadas à conscientização da correta utilização do uso da energia elétrica, as quais têm objetivado a educação da sociedade, no sentido do combate ao desperdício, postergando assim obras de expansão do sistema elétrico.

LAJIDA ou EBITDA

Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou 8,4 milhões e margem de 15,17%, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2012	2011	2010
Depreciação / Amortização	2.247	2.806	2.773
Resultado das Atividades	6.440	5.604	4.948
EBITDA	8.687	8.410	7.721
Receita Operacional Líquida	62.532	55.453	51.291
Margem do EBITDA - %	13,89%	15,17%	15,05%

Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos

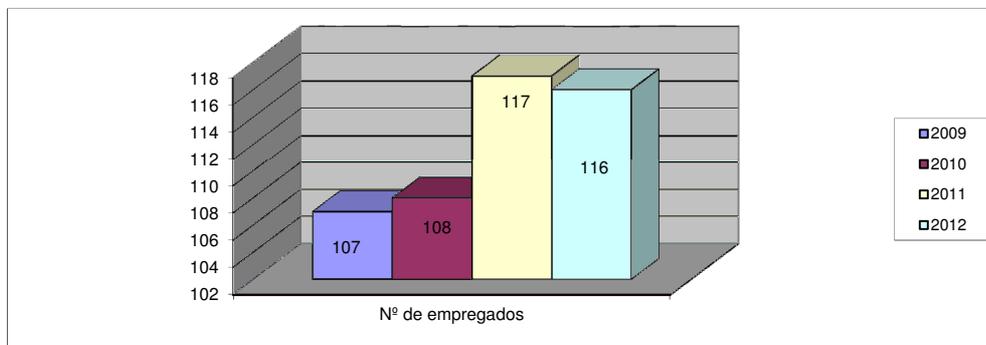
Aos acionistas é garantido estatutariamente um Dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária.

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2012, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 2.630 mil, e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.

Para atender ao seu programa de Investimento foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 2.353 mil como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital de concessionária.

Quadro de Colaboradores Efetivos da COCEL

Ao final do exercício, o quadro efetivo de empregados da Companhia conta com 116 colaboradores.



Programa de Alimentação

A COCEL distribuiu através do Programa de Alimentação, R\$ 874 mil em créditos de vale alimentação, que beneficiou todos os seus funcionários registrados.

Convênio Médico

Os funcionários contam com o convênio empresarial em parceria com a UNIMED com cobertura em todo o território nacional. A parte do convênio a cargo dos funcionários é em média de 61% (sessenta e um por cento).

Nos meses de abril e/ou maio, é realizada campanha de vacinação antigripal estendido a todos os funcionários da Companhia.

Convênio odontológico

Em parceria com o Sindicato dos Eletricários do Estado do Paraná, a COCEL mantém convênio odontológico que abrange em geral todos os tipos de tratamentos dentários. Estende-se também aos dependentes. Sobram a cargo do funcionário sindicalizado 10% ou 50%, dependendo do tipo de tratamento. Na maioria dos tratamentos, 80% do valor é pago pela COCEL.

Convênio Farmácia

A COCEL mantém Convênio Farmácia aos seus funcionários e dependentes. Quando apresentado a receita médica, o reembolso dos medicamentos é de 70%.



EDUCAÇÃO E TREINAMENTO

Programa de Estagiários

Mediante convênio com diversas instituições de ensino, dentre as quais: Pontifícia Universidade Católica – PUC, Universidades TUIUTI, Faculdade Genecista Presidente Kennedy, Sociedade Paranaense de Ensino de Informática – SPEI, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Centro Universitário Positivo – UNICENP e Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. Contamos atualmente com 03 estudantes que realizam sua complementação de ensino, e que estão estagiando nas diversas áreas da companhia.

Menor Aprendiz - Combate a Mão de Obra infantil

A Companhia possui termo de compromisso com o SENAI – Serviço Nacional da Indústria no intuito de colaborar com esta entidade nas ações sociais, encaminhando menores em sua vida profissional. Ao longo do exercício, 05 menores desenvolveram atividades na Companhia.

Ajuda de Custo de Material Escolar

A COCEL conta com o programa de auxílio de material escolar que abrange funcionários e seus dependentes, bastando o funcionário apresentar o comprovante de matrícula. No ano foram investidos R\$ 38 mil.

Segurança e Medicina do Trabalho

A COCEL mantém uma constante preocupação com a segurança no trabalho com implantações constantes de ações preventivas, dentre as quais, destaca-se a implantação em 2007 da Norma Reguladora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Também são estendidos a todos os funcionários práticas laborais com exercício semanais

Programas de Desenvolvimento e Treinamento

Ao longo do exercício, a companhia investiu o equivalente a R\$ 57 mil em bolsa de estudos visando formação técnica e o desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, objetivando desta forma manter seu quadro funcional sempre atualizado com as últimas evoluções nas áreas tecnológica e gerencial, oferecendo aos mesmos a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e potencialidades.

Dessa forma, a área de treinamento da companhia proporciona aos mesmos a oportunidade de realizarem cursos superiores moldados às necessidades e operações da concessionária, com educação contínua nas áreas de qualidade total, de segurança, de gestão e de extensão universitária.

Houve ainda investimento referente à aposentadoria privada Brasil Prev no valor de R\$ 25 mil.

Cursos e Palestras de Segurança do Trabalho Realizado na Companhia - 2012

Cursos	Carga Horária	Total de Funcionários Treinados
Curso NR 10 - Básico	40 hs	4
Curso NR 10 - Complementar	40 hs	4
Relacionamento Interpessoal	2 hs	62
Fundamentos da Eletricidade – Módulo 1	32 hs	4
Reciclagem de Trabalhos em altura	4 hs	2
Capacitação de Membros da CIPA	20 hs	13
Construção, Manutenção e Operação de Redes de Distribuição Aérea –	102 hs	4

Módulo II		
Curso NR 10 - Reciclagem	8 hs	2
Salvamento e Resgate em Estruturas de Redes de Distribuição – Módulo IV	8 hs	3
Segurança do Trabalho – Módulo III	24 hs	3
Projetos de Redes de Distribuição Compacta Protegida	16 hs	3
Relações Interpessoais – Módulo VI	10 hs	3
Projetos de Redes de Distribuição Compacta Protegida	24 hs	2
Responsabilidade Civil e Criminal - Módulo V	4 hs	3
Manutenção de Redes de Distribuição Compacta – Módulo VII	8 hs	3
Plano de emergência e procedimento para dirigir caminhão e operar cesto aéreo	6 hs	31
Fundamentos de Eletricidade - Básico	32 hs	5
Relações interpessoais	8 hs	5
Salvamento e Resgate em Estruturas de Redes de Distribuição	8 hs	5
Responsabilidade Civil e Criminal	4 hs	5
NR 10 – Norma Regulamentadora do MTE-Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade	24 hs	5
Construção, manutenção e operação de redes de distribuição aérea	104 hs	5
Curso de Manutenção em rede de Distribuição Compacta em Linha Desenergizadas	8 hs	5
Curso Básico em Instalações e Serviços de Eletricidade	40 hs	5
Curso Complementar - SEP	40 hs	5
Direção Defensiva e Preventiva	9 hs	74
Combate a Incêndio	4 hs	12
Treinamento da Utilização de Motosserra e Motopoda	40 hs	6
SIPAT 2012 - Trabalho em Equipe e a Qualidade do Serviço Prestado	01:30 hs	57
SIPAT 2012 - DST - AIDS	01:30 hs	78
SIPAT 2012 - utilização de EPI's	01:30 hs	68
SIPAT 2012 - Qualidade de Vida, Atenção, segurança no trabalho, atitudes seguras	01:30 hs	61
SIPAT 2012 - Apresentação peça teatral com tema relacionado ao cotidiano da COCEL, relacionamento inter pessoal e segurança.	01:30 hs	69

BALANÇO SOCIAL

1. Base de Cálculo	2012 – Valor (R\$ mil)			2011 – Valor (R\$ mil)		
	Receita Líquida	67.102			62.315	
Lucro Operacional	4.079			4.397		
Folha de Pagamento Bruta	9.815			8.731		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre FPB	%sobre RL
Alimentação	874	8,9%	1,3%	754	8,6%	1,2%
Encargos Sociais Compulsórios sem diretoria	2.204	22,5%	3,3%	2.121	24,3%	3,4%
Previdência privada	25	0,3%	0,0%	25	0,3%	0,0%
Saúde	600	6,1%	0,9%	504	5,8%	0,8%
Segurança e Medicina no Trabalho	195	2,0%	0,3%	110	1,3%	0,2%
Educação	95	1,0%	0,2%	58	0,7%	0,1%
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	37	0,4%	0,1%	21	0,2%	0,1%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	397	4,0%	0,6%	363	4,2%	0,6%
Outros	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total – Indicadores sociais internos	4.427	45,4%	6,6%	3.956	45,3%	6,4%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL	Valor (R\$)	%sobre LO	%sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	351	8,6%	0,5%	818	18,6%	1,3%
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	444	10,1%	0,7%
Outros	88	2,2%	0,1%	71	1,6%	0,1%
Total das contribuições para a sociedade	439	10,7%	0,7%	1.262	28,7%	2,0%
Tributos (excluídos os encargos sociais)	44.403		66,2%	42.319		67,9%
Total – Indicadores Sociais Externos	44.842		66,8%	44.914		72,1%

	2012	2011
4) Indicadores do Corpo Funcional	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	116	117
Nº de empregados terceirizados	51	42
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	45	43
2º Grau	47	50
1º Grau	24	24
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	17	21
De 30 até 45 anos (exclusive)	64	62
Acima de 45 anos	35	34
Admissões durante o período	20	12
Demissões durante o período	19	8
N.º de mulheres que trabalham na empresa	24	23
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	23,1%	23,1%
Estagiários	4	3
Menor Aprendiz	5	5

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

	2012			2011		
Relação entre a maior e a menor remuneração	9,7			10,05		
Nº total de acidentes de trabalho	3			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	Pela Direção	Direção e gerências	Todos os empregados	Pela Direção	Direção e gerências	Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	Pela Direção	Direção e gerências	Todos os empregados	Pela Direção	Direção e gerências	Todos os empregados
A previdência privada contempla	Pela Direção	Direção e gerências	Todos os empregados	Pela Direção	Direção e gerências	Todos os empregados
A Participação nos lucros ou resultados contempla	Pela Direção	Direção e gerências	Todos os empregados	Pela Direção	Direção e gerências	Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	Não são considerados	São sugeridos	São exigidos	Não são considerados	São sugeridos	São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	Não se envolve	Apoia	Organiza e incentiva	Não se envolve	Apoia	Organiza e incentiva



AGRADECIMENTOS

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial a colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2012.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2012.

Gerson Osmar Gabardo
Diretor Presidente

Emigdio Stoco
Diretor Técnico

Udo Schmidt Neto
Diretor Administrativo

Heitor Otávio de Jesus Lopes
Diretor Jurídico

Victor Luiz Okraska
Diretor Econômico/Financeiro

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

Balço Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE		
Numerário Disponível	1.005	537
Aplicações no Mercado Aberto	1.215	2.584
Consumidores, Concessionários e Permissionários	11.268	10.254
Devedores Diversos	1.035	1.292
Serviços em Curso	505	496
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(785)	(794)
Estoques	1.119	934
Despesas pagas Antecipadamente	13	18
Outros Créditos	242	472
	15.617	15.793
NÃO CIRCULANTE		
Títulos e Valores Mobiliários	195	195
Depósitos Judiciais	39	135
Outros	399	662
	633	992
Investimentos	288	288
Imobilizado	6.640	4.742
Intangível	32.420	31.806
	39.348	36.836
	39.981	37.828
TOTAL DO ATIVO	55.598	53.621

Balço Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE		
Fornecedores	5.009	4.393
Folha de Pagamento	488	471
Tributos e Contribuições Sociais	3.380	3.255
Participação nos Lucros	448	415
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	6	1.255
Empréstimos e Financiamentos	298	270
Credores Diversos	37	32
Obrigações Estimadas	797	773
Encargos do Consumidor	426	623
Encargos Tarifários	8	8
Pesquisa e Desenvolvimento. / Eficiência Energética	2.916	2.316
Provisões para Contingências	175	182
Outras Contas a Pagar	401	388
	14.389	14.381
ÑÃO CIRCULANTE		
Tributos e Contribuições Sociais	-	6
Empréstimos e Financiamentos	1.558	1.633
	1.558	1.639
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	34.000	31.000
Reservas de Capital	5.650	6.601
	39.651	37.601
TOTAL DO PASSIVO	55.598	53.621

Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	2012	2011
Receita Operacional		
Fornecimento de Energia Elétrica	107.384	98.969
Outras Receitas	1.928	2.240
Receita de Construção	5.151	6.290
	114.463	107.499
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	(29.540)	(27.911)
COFINS / PASEP	(10.128)	(9.328)
RGR - Quota para Reserva Global de Reversão	(804)	(795)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(3.090)	(2.612)
CCC - Quota para Conta de Consumo de Combustível	(3.000)	(3.833)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(799)	(705)
	(47.361)	(45.184)
Receita Operacional Líquida	67.102	62.315
Custo do Serviço de Energia Elétrica		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(33.171)	(28.095)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distrib.	(6.107)	(5.995)
Pessoal	(4.467)	(4.103)
Material	(422)	(527)
Serviço de Terceiros	(939)	(1.231)
Depreciação e Amortização	(1.499)	(1.890)
Custo de Construção	(5.151)	(6.258)
Outras	(467)	(364)
	(52.223)	(48.463)
Lucro Operacional Bruto	14.879	13.852
Despesas Operacionais		
Despesas com Vendas	(2.049)	(1.787)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.423)	(5.463)
Outras Despesas Operacionais	(393)	(492)
	(8.865)	(7.742)
Resultado do Serviço	6.014	6.110
Receita / Despesa Financeira		
Renda de Aplicações Financeiras	153	413
Variação Monetária e Acréscimo Moratório - Energia	1.102	889
Outras Receitas Financeiras	137	171
Juros sobre o Capital Próprio	(2.630)	(2.500)
Outras Despesas Financeiras	(697)	(686)
	(1.935)	(1.713)
Lucro antes da Contribuição Social e Imposto de Renda	4.079	4.397
Contribuição Social	(434)	(378)
Imposto de Renda	(1.147)	(985)
Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	2.498	3.034
Participações nos Lucros	(448)	(415)
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	2.630	2.500
Lucro Líquido do Exercício	4.680	5.119
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$	10,21	10,24

Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	2012	2011
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	4.680	5.119
Despesas / Receitas que não Afetam o Caixa		
Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa	(9)	(59)
Depreciação e Amortização de Investimentos	2.047	2.459
Crédito de COFINS / PASEP sobre Depreciação	446	646
Baixas do Imobilizado em Serviço	227	45
Provisões no Passivo Circulante	(7)	(20)
Provisões no Passivo Não Circulante	-	(18)
	7.384	8.172
Variações no Ativo Circulante		
Consumidores e Revendedores	(1.014)	(1.221)
Serviços em Curso	(9)	(444)
Outros Créditos	230	99
Estoques	(185)	(56)
Pagamentos Antecipados	5	(8)
Conta de Compensação Variação Parcela "A"	-	819
Devedores Diversos	257	172
	(716)	(639)
Variação no Passivo Circulante		
Fornecedores	616	114
Folha de Pagamento e Provisões Trabalhistas	41	64
Tributos e Contribuições Sociais	125	(78)
Variação de Dividendos Declarados	(1.249)	165
Credores Diversos - Consumidores	5	1
Programa Eficientização Energética e Pesquisa e Desenvolv.	600	535
Encargos do Consumidor a recolher	(197)	141
Outras Contas a pagar	49	67
	(10)	1.009
Aplicações no Ativo Não Circulante		
Depósitos Judiciais	96	(5)
Tributos e Contribuições Sociais	263	(361)
	359	(366)
Aplicações no Passivo Não Circulante		
Parcelamento de débitos fiscais	(6)	(236)
	(6)	(236)
Total das Atividades Operacionais	7.011	7.940
Atividades de Investimentos		
Aplicações no Imobilizado - Obras de Distribuição	(5.374)	(6.698)
Contribuições do Consumidor	385	307
Depreciação/Amortização - Participação Financ. Consumidor	(247)	(298)
Participações Societárias	-	1
	(5.236)	(6.687)
Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	234	-
Amortização de Empréstimos	(187)	(167)
Juros sobre Financiamentos	(93)	(102)
Juros sobre o Capital Próprio	(2.630)	(2.500)
	(2.676)	(2.770)
Total de Efeitos no Caixa		
Saldo Inicial do Caixa	3.121	4.638
Saldo Final do Caixa	2.220	3.121
Variação no Caixa	(901)	(1.517)

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

	2012	2011
1. Geração do Valor Adicionado		
Receitas de Vendas de Energia	107.384	98.969
Outras Receitas de Serviços	1.928	2.240
Receita de Construção de redes	5.151	6.290
	114.463	107.499
Menos:		
Insumos		
Custo da Energia Comprada	(43.302)	(37.570)
Materiais	(947)	(773)
Serviços de Terceiros	(2.204)	(2.252)
Custos de Construção de Redes	(5.151)	(6.290)
Outros Custos Operacionais	(392)	(826)
	(51.996)	(47.711)
2. Valor Adicionado Bruto	62.467	59.788
Quota de Reintegrações/Amortizações	(2.694)	(2.807)
3. Valor Adicionado Líquido Gerado	59.773	56.981
Receitas Financeiras Líquidas	1.044	1.169
4. Valor Adicionado a Distribuir	60.817	58.150
5. Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do Trabalho	10.937	9.915
Governo: Impostos e Contribuições	44.403	42.319
Encargos Financeiros e Variações Monetárias	349	382
Juros Sobre o Capital Próprio / Dividendos	2.630	2.500
Lucros Retidos	2.050	2.619
Participação nos Lucros	448	415
Total	60.817	58.150

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	28.000	1.299	5.683	-	34.982
Aumento do Capital Social Conforme 97ª AGE e 43ª AGO de 08/04/2011					
- Com Reservas	3.000	-	(3.000)	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	5.119	5.119
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	256	-	(256)	-
- Reserva de Ret. do Lucro	-	-	2.363	(2.363)	-
JSCP (R\$ 5,00 por lote de mil ações)	-	-	-	(2.500)	(2.500)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	31.000	1.555	5.046	-	37.601
Aumento do Capital Social Conforme 104ª AGE e 44ª AGO de 31/05/2012					
- Com Reservas	3.000	-	(3.000)	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	4.680	4.680
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	234	-	(234)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	1.816	(1.816)	-
JSCP (R\$ 5,00 por lote de mil ações)	-	-	-	(2.630)	(2.630)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	34.000	1.789	3.862	-	39.651



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
CNPJ: 75.805.895/0001-30

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição e a comercialização de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.250 km².

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

2. Da Concessão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica, através da portaria nº 530 de 1º de Dezembro de 1998 do Ministério de Minas e Energia - MME, com vencimento em 07/07/2015.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica foram assinados a partir de 1995, em cada um desses contratos foram estabelecidas as tarifas iniciais e os mecanismos de sua alteração:

Reajuste Tarifário Anual;
Revisão Tarifária Extraordinária;
Revisão Tarifária Periódica.

No caso particular do contrato de concessão da COCEL de nº 27/98 que foi assinado em 30 de Março de 1999, a COCEL passou pela terceira revisão tarifária periódica em 24 de Junho de 2012, que constituiu em estabelecer o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica e a determinação do Fator X.

O Fator X considera os ganhos de produtividade da concessionária, previstos para o próximo período tarifário, decorrentes do crescimento do mercado atendido; a avaliação do grau de satisfação na percepção do consumidor; bem como a manutenção da condição de equilíbrio econômico-financeiro definida na revisão tarifária periódica;

O Fator X é estabelecido em função dos seguintes componentes:

- Xe que reflete os ganhos de produtividade esperados, derivados da mudança na escala do negócio por incremento do consumo de energia elétrica na área servida, tanto pelo aumento do consumo dos consumidores existentes bem como pela incorporação de novos consumidores, no período entre revisões tarifárias, calculado em cada revisão tarifária periódica;

- Xc que reflete a avaliação dos consumidores sobre a sua concessionária, sendo obtido mediante a utilização do resultado da pesquisa Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor – IASC, calculado em cada reajuste tarifário anual;

- Xa que reflete a aplicação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para o componente mão de obra da Parcela B da concessionária, calculado em cada reajuste tarifário anual.

No contrato de concessão a receita inicial da concessionária é dividida em duas parcelas. A Parcela A envolve os chamados “custos não gerenciáveis” pela concessionária, relacionados à distribuição de energia elétrica e explicitamente indicada no contrato. São custos cujo montante e variações independem da vontade ou influência da concessionária, como a energia elétrica adquirida para atendimento aos clientes,



os custos de transmissão e os encargos setoriais. A Parcela B compreende o valor remanescente da receita envolvendo, portanto, os ditos “custos gerenciáveis”. São custos próprios da atividade de distribuição e de gestão comercial dos clientes, que estão sujeitos ao controle ou influência das práticas gerenciais adotadas pela concessionária, ou seja, os custos de operação (pessoal, material e serviços de terceiros). Além destes, a Parcela B inclui a remuneração do capital e os tributos. Os contratos de concessão contemplam procedimento específico para reajuste dessas parcelas durante cada ano do período tarifário.

REVISÃO TARIFÁRIA OCORRIDA EM 2012

O processo de Revisão Tarifária Periódica tem como principal objetivo analisar, após um período previamente definido no contrato de concessão (geralmente de 04 anos), o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Destaca-se que enquanto nos reajustes tarifários anuais a “Parcela B” da Receita é atualizada monetariamente pelo IGP-M, no momento da revisão tarifária periódica são calculadas a receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados, com prudência.

A revisão tarifária periódica é realizada mediante o cálculo do reposicionamento tarifário e do estabelecimento do Fator X.

A Resolução Homologatória Aneel nº 1297, de 19 de junho de 2012, homologou o resultado da Terceira revisão tarifária periódica, a serem aplicadas a partir de 24 de junho de 2012 e , que representa um efeito tarifário médio para o consumidor de 1,16% (um vírgula dezesseis por cento), decorrente do Reposicionamento Tarifário - RT econômico, de 1,11% (um vírgula onze por cento), da inclusão dos componentes financeiros relativos ao atual ciclo tarifário, de “0,44% (zero vírgula quarenta e quatro por cento)”, e da retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário anterior.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis

ATIVO CIRCULANTE

4.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2012	2011
Caixa	2	2
Contas Bancárias a Vista	482	176
Numerários em Trânsito	521	359
Total	1.005	537

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

4.2. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras, no montante de R\$ 1.215 mil (R\$ 2.584 em 2011), estão concentradas na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, e são remuneradas com base na variação do fundo DI, atualizadas até a data do Balanço.

4.3. Consumidores, Concessionários e Permissionários

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2012	2011
Fornecimento Faturado	7.911	7.117
Fornecimento não Faturado	2.926	2.770
Outros	431	367
Total	11.268	10.254

O fornecimento faturado de energia apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Consolidado
Consumidores	2012				2011
Residencial	1.335	1.179	340	2.854	2.757
Industrial	2.541	343	157	3.041	2.486
Comercial	774	291	159	1.224	1.096
Rural	45	15	1	61	56
Poder Público	154	52	59	265	227
Iluminação Pública	251	-	-	251	256
Serviço Público	148	2	-	150	124
Governo do Paraná – Luz Fraterna	65	-	-	65	115
Total	5.313	1.882	716	7.911	7.117

4.4. Devedores Diversos

	2012	2011
Tributos e Contribuições Sociais	872	1.086
Empregados	120	120
Devedores diversos - Baixa Renda	43	86
Total	1.035	1.292

4.5. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

O valor da PCLD reconhecida é considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber.

Constituída com base nos valores a receber dos consumidores, sendo a classe residencial vencido a mais de 90 dias, classe comercial vencido a mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

	2012	2011
Consumidores e Revendedores		
Residencial	429	410
Industrial	111	111
Comercial	183	211
Rural	-	-
Poder Público	62	62
Total	785	794

4.6. Estoques

Corresponde a materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 1.119 mil, (R\$ 934 em 31 de dezembro de 2011), e não excedem ao valor de mercado.

4.7. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência.

4.8. Outros Créditos

	2012	2011
RGR a Compensar	8	8
Serviços Prestados a Terceiros	175	284
Desativações de bens em curso	(110)	(4)
Alienações em curso	-	-
Outros	169	184
Total	242	472

ATIVO NÃO CIRCULANTE

4.9. Títulos e Valores Mobiliários

O valor de R\$ 195 mil refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado.

4.10. DEPOSITOS JUDICIAIS

Depósitos vinculados a litígios recursais e cauções trabalhistas:

	2012	2011
Depósitos vinculados a litígios	39	135
Total	39	135

4.11. Outros

Créditos de ICMS referente a aquisições do Ativo Imobilizado a ser compensado mensalmente a razão de 1/48 avos

	2012	2011
Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	399	662
Total	399	662

4.12. Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

	2012	2011
Participações Societárias Permanentes	56	56
(-) Provisão para Desvalorização	(49)	(49)
Outros Investimentos	281	281
Total	288	288

4.13. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Total líquido	
			2012	2011
Intangível				
Intangível	1.156	(720)	436	526
Terrenos	279	-	279	279
Edificações, obras civis e benfeitorias	405	(327)	78	88
Máquinas e Equipamentos	60.253	(22.947)	37.306	36.257
Veículos	2.770	(1.938)	832	1.028
Móveis e Utensílios	420	(320)	100	100
	65.283	(26.252)	39.031	38.278
Imobilizado em Curso				
Máquinas e Equipamentos	3.269	-	3.269	1.626
Material em depósito de obras	3.371	-	3.371	3.116
	6.640	-	6.640	6.640
Participação Financeira				
Participações e Doações - Imobilizado em Serviço	(6.300)	-	(6.300)	(6.241)
Reintegração Acumulada	1.023	-	1.023	778
Participações e Doações- Imobilizado em Curso	(1.334)	-	(1.334)	(1.009)
	(6.611)	-	(6.611)	(6.611)

Registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC. Em função do disposto nas instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável) que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

4.14. Detalhamento das Principais Obras Imobilizadas e Baixadas

Descrição	Imobilizações (R\$ mil)	Baixas (R\$ mil)
Ampliação de Rede Urbana	482	36
Ampliação de Rede Rural	195	9
Reforço de Rede Urbana	308	60
Reforço de Rede Rural	23	9
Melhoria de Rede Urbana	1.040	468
Melhoria de Rede Rural	274	108
Luz P/ Todos	269	6
Iluminação Pública	111	-
Medidor e Ramal Aéreo	615	156
Equipamento Geral	14	-
TOTAL	3.331	852

4.15. Taxas de Depreciação

De acordo com a resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registrada e controlada por Unidade de Cadastro - UC e passaram a ser aplicados a partir de Janeiro de 2012 são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	3,57%
Condutor - Distribuição	3,57%
Luminária	4,55%
Medidor	7,69%
Transformador de Distribuição	4,0%
Veículo	14,29%
Equipamento Geral	6,25%
Edificação	3,33%

4.16. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

PASSIVO CIRCULANTE

4.17. Fornecedores

	2012	2011
Energia Comprada p/ Revenda	4.817	4.043
Materiais e Serviços	192	350
Total	5.009	4.393

4.18. Folha de Pagamento

	2012	2011
Saldo de Salários a Pagar	337	333
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	121	110
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	30	28
Total	488	471

4.19. Tributos e Contribuições Sociais

	2012	2011
IRPJ do exercício	145	-
ICMS a recolher	2.458	2.329
INSS s/Folha Pagamento empregados	160	135
FGTS s/Folha de Pagamento empregados	58	51
COFINS a recolher	389	373
PASEP a recolher	84	81
Contribuição Social s/Lucro Líquido	58	-
Parcelamentos RFB	7	262
Outros	21	24
Total	3.380	3.255

4.20. Empréstimos e Financiamentos

Eletrobrás	2012		2011	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
ECF 063/2004	38	111	38	149
ECF 116/2005	98	390	98	488
ECF 182/2007	60	342	58	388
ECF 212/2008	102	715	76	608
Total	298	1.558	270	1.633

Taxa de Juros de 5% ao ano, "Pro Rate Temporis" sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência.

Taxa de Administração de 1% ao ano, vencível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido.

4.21. Credores Diversos

	2012	2011
Contas pagas em Duplicidade	19	18
Outros credores	18	14
Total	37	32

4.22. Obrigações Estimadas

	2012	2011
Provisão de Férias/Gratificação	571	551
Provisão INSS/FGTS	226	222
Total	797	773

4.23. Encargos do Consumidor

	2012	2011
Reserva Global de Reversão	-	87
Quota p/ Conta de Consumo de Combustível	172	319
Taxa de Fiscalização	13	10
Conta de Desenvolvimento Energético	241	207
Total	426	623

4.24. Encargos Tarifários

	2012	2011
Encargos de Capacidade Emergencial	8	8
Total	8	8

4.25. Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética

	2012	2011
F.N.D.C.T	22	19
M.M.E.	11	10
Pesquisa e Desenvolvimento	920	731
Tesouro Nacional	33	29
Programa de Eficiência Energética	1.930	1.527
Total	2.916	2.316

4.26. Provisão Para Contingências

Descrição	2012		2011	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	160	-	-	-
Cíveis	15	-	182	-
Total	175	-	182	-

Em atendimento à Deliberação da CVM nº 489/2005, destacamos que valor das causas Cíveis e Trabalhistas está classificado como de perdas possíveis ou de muito prováveis.

4.27. Outros Passivos Circulantes

	2012	2011
Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública	238	221
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	71	72
Cauções em Garantia	-	-
Taxa do Lixo - PMCL	91	88
Outros	1	7
Total	402	388

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

4.28. Tributos e Contribuições Sociais

	2012	2011
Parcelamento RFB	-	6
Total	-	6

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4.29. Capital Social

	2012	2011
Prefeitura Municipal de Campo Largo	33.868	30.880
Demais Acionistas	132	120
Total	34.000	31.000

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2012	2011
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

4.30. Reserva de Lucros

	2012	2011
Reserva de Lucros	5.650	6.601

A reserva de retenção de lucros foi constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral.

A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

4.31. Cálculo dos Dividendos

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 2.630 mil, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

4.32. Reserva de Lucros

	2012	2011
Reserva de Lucros	5.650	6.601

A reserva de retenção de lucros foi constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral.

A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

4.33. Cálculo dos Dividendos

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP).

A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 2.630 mil, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual.

Se não houvesse a opção do cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio, a base para os dividendos mínimos obrigatórios do exercício seria como segue:

	2012	2011
Lucro Líquido do Exercício	4.680	5.119
(-) Reserva Legal	(234)	(256)
Lucro Líquido Ajustado	4.446	4.863
Dividendos Obrigatórios – 25%	2.223	2.431
(-) Juros s/Capital Próprio Imputado	(2.630)	(2.500)
Dividendos a pagar	-	-

4.34. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor Segurado	Prêmio
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Fumaça/ Danos Elétricos / Vendaval/ Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves/ Roubo e/ou Furto de Valores e Bens / Responsabilidade Civil	17/01/2012 a 17/01/2013	1.085	2
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Fumaça/ Danos Elétricos / Vendaval/ Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves/ Roubo e/ou Furto de Bens/ Responsabilidade Civil	17/01/2012 a 17/01/2013	1.120	3
ASCEL	Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Fumaça/ Vendaval, Granizo/ Roubo e/ou Furto de Bens/ Danos Elétricos	17/01/2012 a 17/01/2013	235	1
Subestação	Incêndio, Queda de Raio e Explosão / Danos Elétricos / Equipamentos Estacionários / Vendaval, Fumaça	23/12/2012 a 23/12/2013	6.687	48
Veículos	Casco / Danos Materiais / Danos Corporais / Morte / Invalidez Permanente / Equipamentos Casco / Danos Materiais	03/07/2012 a 03/07/2013	Valor Mercado Referenciado	14

4.35. Instrumentos Financeiros

Até 31 de Dezembro de 2012, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não mantém operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perda com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira.

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Composição de saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 estão identificados a seguir:

Descrição	Saldo Contábil	Valor de Mercado
		Não Auditado
Disponibilidades	1.005	1.005
Aplicações Financeiras	1.215	1.215
Consumidores, Concessionários e Permissionários	11.268	11.268
Fornecedores e contas a pagar	(9.751)	(9.751)
Empréstimos e Financiamentos	(1.856)	(1.856)

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado:

Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus Valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

Consumidores, Concessionários e Permissionários

O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos Contábeis pela sua natureza de curto prazo.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como:

Risco de crédito

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente;

Concentração de risco de créditos

Como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

RESULTADO OPERACIONAL

4.36. Fornecimento de Energia Elétrica

Classes	Nº consumidores		Consumo em MWh		Valor – R\$ (mil)	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Residencial	38.526	36.947	72.476	67.449	25.175	23.194
Industrial	506	536	142.086	141.181	34.918	32.355
Comercial	2.800	2.757	38.601	32.551	11.539	9.747
Rural	1.550	1.509	6.601	6.384	1.255	1.223
Poder Público	205	204	4.490	4.232	1.392	1.296
Iluminação Pública	1	1	12.765	11.745	2.197	2.015
Serviço Público	40	36	5.469	4.753	1.212	1.041
Consumo Próprio	2	2	115	100	-	-
Subtotal	43.630	41.992	282.603	268.395	77.688	70.871
ICMS					29.540	27.911
Fornecimento Não Faturado					156	187
TOTAL	43.630	41.992	282.603	268.395	107.384	98.969

4.37. Outras Receitas

	2012	2011
Renda Prestação de Serviços	62	66
Serviço Taxado	660	660
Arrendamento e Aluguéis	770	666
Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	105	751
Receitas não operacional	174	30
Outros	157	67
Total	1.928	2.240

4.38. Receita de Construção e Custo de Construção

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

4.39. Quota Para Reserva Global de Reversão

	2012	2011
Quotas Recolhidas no Exercício	804	795
Total	804	795

4.40. Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	2012	2011
Programa de Eficiência Energética	307	271
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	123	108
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico - FNDCT	124	109
Ministério de Minas e Energia - MME	61	54
Tesouro Nacional (*)	184	163
Total	799	705

(*) Conforme a Lei nº 12.111 de 09/12/2009 em seu artigo 6º, desde 1º de Janeiro de 2010, as concessionárias e as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, ficaram obrigadas a recolher novo encargo setorial ao Tesouro Nacional, calculado em 0,30% sobre a ROL - Receita Operacional Líquida, para fins de ressarcimento às Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da queda de arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

4.41. Energia Elétrica Comprada Para Revenda

	Em MWh		em R\$ (mil)	
	2012	2011	2012	2011
Copel – Compra de Energia	299.814	283.289	35.215	29.785
Encargos do Uso da Rede Elétrica			6.730	6.606
PROINFA			1.357	1.168
Crédito COFINS / PASEP			(4.024)	(3.469)
Total	299.814	283.289	39.278	34.090

4.42. Custos Gerenciáveis

A composição dos custos e despesas operacionais em 2012 e 2011 são as seguintes:

2012

Natureza	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais Administrativas	Total Consolidado
Pessoal	4.275	1.605	2.933	8.813
Administradores	192	-	810	1.002
Material	422	51	451	924
Serviços de Terceiros	939	385	1.935	3.259
Depreciação e amortização	1.499	7	295	1.801
Taxa de Fiscalização	115	17	10	142
Arrendamento e Alugueis	-	56	72	128
Seguros	44	-	29	73
Tributos	1	-	74	75
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	174	174
Provisões	-	(8)	(7)	(15)
(-) Recuperação de despesas	-	-	(77)	(77)
Outras despesas	25	-	143	168
Custo dos Serviços prestados a terceiros	108	-	-	108
Indenização de Equipamentos	-	52	-	52
Despesas Não Operacionais	173	-	-	173
Total	7.793	2.165	6.842	16.800

2011

Natureza	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais Administrativas	Total Consolidado
Pessoal	3.911	1.296	2.732	7.939
Administradores	192	-	821	1.013
Material	527	68	158	753
Serviços de Terceiros	1.231	411	1.493	3.135
Depreciação e amortização	1.890	11	259	2.160
Taxa de Fiscalização	94	14	8	116
Arrendamento e Alugueis	-	52	-	52
Seguros	59	2	14	75
Tributos	1	-	51	52
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	71	71
Provisões	-	59	-38	21
(-) Recuperação de despesas	-	-	-29	-29
Outras despesas	23	18	46	87
Custo dos Serviços prestados a Terceiros	54	-	-	54
Indenização de Equipamentos	-	72	-	72
Despesas Não Operacionais	133	44	-	177
Total	8.115	2.047	5.586	15.748

5. Participação nos Resultados

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos Empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2012, no valor de R\$ 448 mil, abaixo do montante máximo a ser pago, conforme consta no Art. 29, incisos V e VI, do Estatuto Social, estando este sujeito a aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

6. Reconciliação da Provisão Para o Imposto de Renda e Contribuição Social

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4,680	5.119
Imposto de renda e contribuição social (34%)	1.531	1.323
Efeitos Fiscais Sobre:		
(-) Participação nos Resultados	(135)	(123)
(-) Incentivos Fiscais	(29)	(31)
(+) Depreciação e Baixa Complementar	2	3
(-) Provisão para Devedores Duvidosos, contingência e de participação societária	(6)	(4)
(+) Adições Temporárias	169	195
(+) Doações	59	24
(-) Outros	(10)	(24)
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	1.581	1.363

7. Universalização do serviço Público de Energia Elétrica

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de Novembro de 2.003, foi instituído o Programa de Universalização - Luz para Todos, a ser realizado sem qualquer ônus aos consumidores.

Foram celebrados 4 (quatro) contratos junto a Eletrobrás para a realização das obras do Programa "Luz para Todos", ou seja, 4 (quatro) etapas que deverão ser cumpridas, conforme discriminado no quadro abaixo:

Contrapartida	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa	Total
	Contrato nº 063/04	Contrato nº 116/05	Contrato nº 182/07	Contrato nº 212/08	
COCEL	216	528	162	543	1.449
CDE	432	1.056	-	1.303	2.791
RGR	432	1.056	663	1.303	3.454
TOTAL	1.080	2.640	825	3.149	7.694

Sendo:

RGR – Reserva Global de Reversão – Recursos decorrentes de subvenção econômica. Financiado.

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético – Subsidiado.

COCEL – Agente Executor – Recursos próprios.

8. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente as atividades de Distribuição, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o município de Campo Largo, e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.



Gerson Osmar Gabardo
Diretor Presidente

Emigdio Stoco
Diretor Técnico

Udo Schmidt Neto
Diretor Administrativo

Heitor Otávio de Jesus Lopes
Diretor Jurídico

Victor Luiz Okraska
Diretor Econômico/Financeiro

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2012.



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2012, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 12 de abril de 2013.

PRISCILA DO ROCIO MIQUELETO OSSOWSKY

MARCIA REGINA SABIM

FIDELIS LAGNI

ANTONIO ANGELO RIBEIRO

SEBASTIÃO TORRES



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 12 de abril de 2013.

ADILSON CHAVES

ANDREA ALVES DOS SANTOS

JOÃO MARIA DA SILVA

RODRIGO TABALDI

VICENTE FELTRIN

WILSON PAULART

ANTONIO ADRIANO TOALDO

JANE MARA SALIN

LAURINDO BARRICHELLO

JANETH ALVES DA SILVA

SIVONEI TEREZINHA POLTRONIERI BASSANI